SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	17
1.1 A Interpretação Constitucional	17
1.1.1 A multiplicidade de métodos	18
1.1.2 Os princípios de interpretação constitucional	19
1.2 Princípio da Proporcionalidade	21
1.2.1 Normas (princípios/regras)	23
1.3 A Proporcionalidade e seus Subprincípios	25
1.3.1 Subprincípio da adequação dos meios	26
1.3.2 Subprincípio da exigibilidade	27
1.3.3 Subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito	28
O Estado de Direito e os Direitos Fundamentais como Bases d cípio da Proporcionalidade	
1.5 O Princípio da Proporcionalidade na Constituição de 1988	33
1.6 Considerações Finais	36
2 DIREITOS POLÍTICOS	39
2.1 Conceito	39
2.2 Capacidade Política Ativa e Capacidade Política Passiva	41
2.3 Perda e Suspensão dos Direitos Políticos	43
2.3.1 Perda da nacionalidade	45
2.3.1.1 Cancelamento da naturalização	46
2.3.1.2 Aquisição de outra nacionalidade por brasileiro nato	
2.3.2 Recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestaçã nativa	47



2.3.3 Incapacidade civil absoluta	. 47
2.3.4 Condenação criminal	. 48
2.3.4.1 A suspensão dos direitos políticos por condenação criminal e a perda do mandato eletivo	. 49
2.3.4.2 A suspensão dos direitos políticos por condenação criminal e o art. 92, inc. I, do Código Penal	. 51
2.3.4.3 A suspensão dos direitos políticos por condenação criminal e a inelegibilidade prevista no art. 1º, inc. I, "e", da Lei Com- plementar 64/90	. 54
2.3.5 Improbidade administrativa	
2.4 Alistamento, Alistabilidade e Inalistabilidade	. 57
2.5 Elegibilidade e Condições de Elegibilidade	. 59
2.5.1 Nacionalidade	
2.5.2 Pleno exercício dos direitos políticos	62
2.5.3 Filiação partidária	62
2.5.3.1 Militares	
2.5.3.2 Dos membros do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas	
2.5.3.3 Ministério Público	
2.5.4 Domicílio eleitoral	
2.5.5 Idade mínima	66
3 RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DA CAPACIDADE ELEITORAL	(0)
PASSIVA	
3.1 Considerações Iniciais	
3.2 Inelegibilidade	
3.2.1 Classificação das inelegibilidades	
3.3 Incompatibilidade	78
3.4 Inabilitação	80
4 INELEGIBILIDADES CONSTITUCIONAIS	85
4.1 Considerações Iniciais	85
4.2 Dos Inalistáveis e dos Analfabetos (CF, art. 14, § 4°)	85
4.2.1 Da inalistabilidade	
4.2.2 Analfabetos	87
4.2.2.1 Analfabetismo e os casos concretos	89
4.2.2.2 Dos testes de alfabetização	92
4.3 Reeleição (CF, art. 14, § 5°)	93



4	.3.1	Pe	riodo subseqüente	. 95
4	.3.2	Su	bstituição e sucessão	. 96
4.4	De	sin	compatibilização (CF, art. 14, § 6°)	. 97
4.5	As	(D	es)Consonâncias entre os §§ 5º e 6º do art. 14 da CF	. 98
	.5.1		releição e a (des)necessidade de desincompatibilização	
4	.5.2	Re	eleição de vice	104
	4.5.2	2.1	Reeleição de vice e substituição no período eleitoral	106
	4.5.2	2.2	Substituição no período eleitoral e candidatura ao mandato de titular	108
		do "a	Lei Complementar 64/90 e a (des)necessidade de os governa- res e prefeitos se desvincularem para a reeleição (art. 1º, inc. II, ", inc. III, "a" e inc. IV, "a")	113
4	.5.4	(R	e)reeleição	114
	4.5.4	1.1	A (im)possibilidade de o chefe do executivo, após o segundo mandato, sair como candidato a vice	114
	4.5.4	1.2	Renúncia do chefe do executivo em seu segundo mandato para pleitear nova recondução	115
	4.5.4	1.3	Da (im)possibilidade do que exerceu por dois períodos segui- dos o mandato de chefe do executivo se candidatar em eleição indireta (CF, art. 81)	117
4.6	Ine	eleg	ibilidade por Afinidade ou Parentesco (CF, art. 14, § 7°)	117
			njuge e parentes consangüíneos ou afins	
			Cônjuge/companheira	
			Da união homoafetiva	
4.	.6.2	Ch	efe do executivo: cônjuge ou parente consanguineo ou afim	26
	467		ncorrente ao mesmo cargo (sucessão e parentesco)	
	4.0.2	1	receição e sucessão eleitorar por pareine (vice e indiar)	
A			§ 9°, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
5.1	Co	nsi	derações Gerais1	35
5.2	No	rma	a Constitucional de Eficácia Limitada: Súmula 13/TSE 1	39
5.3	Pro	nsio	ão da Probidade Administrativa e da Moralidade do Mandato derada a Vida Pregressa do Candidato	144
5.4	Ab	usc	(de poder)	47
5.	4.1	Sis	stemática para o controle do abuso de poder1	49
	5.4.1	.1	Do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta	52
	5.4.1	.2	Do abuso do poder econômico	



	5.4	4.2 Abuso e potencialidade	59
	5.4	4.3 Abuso e (im)pessoalidade	51
	5.4	4.4 Tempo e abuso	52
6		BUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES E O ORDENAMENTO FRACONSTITUCIONAL10	63
(Considerações Gerais	
	6.1	.1 A ação de impugnação de pedido de registro de candidatura 10	
	6.1	.2 Investigação judicial eleitoral	55
(.2	O Abuso de Poder e a LC 64/90, art. 1°, inc. I	70
	6.2	2.1 LC 64/90, art. 1°, inc. I, "d"	70
	6.2	2.2 LC 64/90, art. 1°, inc. I, "h"	72
	6.2	2.3 A relação entre as letras "d" e "h" do art. 1º, inc. 1, da LC 64/90 1	73
(.3	Irregularidade na Arrecadação e Aplicação de Recursos (Lei 9.504/97, art. 25)	75
(.4	Irregularidade na Propaganda Oficial (Lei 9.504/97, art. 74)	77
6	.5	Captação Ilícita de Voto (Lei 9.504/97, art. 41-A)	78
(.6	Captação e Gastos Ilícitos de Recurso (Lei 9.504/97, art. 30-A)	35
RI	EFE	RÊNCIAS18	39
ÍN	DIC	CE ALEARÉTICO 19)3

